



**VICISSITUDES DO NEOLIBERALISMO MODERADO, ELEIÇÕES E PERSPECTIVAS PARA A ESQUERDA SOCIALISTA**

**David Maciel\***

**1. O projeto de governo hegemônico pelo PT teria se esgotado?**

O projeto neoliberal moderado encaminhado pelos governos do PT desde 2003 vive um período de crescentes dificuldades desde o início do mandato de Dilma Rousseff, em 2011. Este projeto buscou viabilizar a expansão da economia brasileira fortalecendo o mercado interno; reativando a capacidade de investimento do Estado, principalmente em infra-estrutura; apoiando a inserção das transnacionais brasileiras no mercado mundial e aproveitando as condições externas favoráveis para intensificar as exportações. Tudo isto sem abandonar o núcleo duro do receituário neoliberal na política econômica (superávit primário, regime de metas de inflação, câmbio valorizado e flutuante, juros altos), nem reverter as mudanças estruturais de conteúdo neoliberal extremado herdadas dos governos anteriores (privatizações, flexibilização/precarização dos direitos sociais e trabalhistas, corte de gastos públicos, abertura comercial e financeira, agências reguladoras, lei de responsabilidade fiscal, reforma administrativa); além de promover novas reformas neoliberais (lei de falências, concessões e parcerias com o setor privado, novas reformas da previdência e medidas de flexibilização dos direitos trabalhistas, etc.). Para tanto, o governo adotou um conjunto de políticas, tais como, a ampliação das políticas sociais compensatórias, particularmente as políticas de transferência de renda; a valorização do salário mínimo; a ampliação do crédito para consumo popular; o financiamento de grandes empresas com recursos públicos; o investimento em obras de infra-estrutura com o favorecimento das empresas nacionais; o privilegiamento das relações comerciais e diplomáticas com os países pobres e “emergentes”, entre outras.

Tais iniciativas foram bem sucedidas em promover o crescimento econômico, abrir mercados externos para os produtos brasileiros e empresas sediadas no país e melhorar os níveis de renda e de acesso ao consumo dos trabalhadores, em especial dos setores mais pobres, o que trouxe mudanças políticas decisivas para a reposição da hegemonia burguesa. Em primeiro lugar, enfraqueceu poderosamente a oposição institucional ao neoliberalismo com a adesão do governo do principal partido antineoliberal ao

---

\* Professor da Faculdade de História e do Programa de Pós-graduação em História da UFG.

neoliberalismo moderado. Em segundo lugar, atraiu para o programa neoliberal moderado o apoio, mesmo que “crítico” e em nome das “mudanças”, das principais organizações de trabalhadores, num movimento transformista jamais visto e que completou um movimento iniciado ainda durante a transição política pelo governo militar. Em terceiro lugar, reforçou a estatolatria e a adesão dos setores mais pobres e desorganizados das classes trabalhadoras ao neoliberalismo por meio do lulismo. Estas modificações políticas tiveram a capacidade de passivizar o conflito político, favorecer a conciliação de classes, determinar o predomínio da “pequena política” na disputa política e ideológica e assim de reverter a crise em que o projeto neoliberal se encontrava no final do governo FHC e repô-lo em novas bases, consolidando e qualificando a hegemonia burguesa de um modo inédito.

No entanto, hoje o neoliberalismo moderado dos governos petistas já não apresenta os mesmos efeitos expansivos para o capitalismo brasileiro como durante os dois mandatos de Lula. A crise econômica mundial contribuiu poderosamente para esta perda de vitalidade, pois diante da altíssima vulnerabilidade externa desenvolvida pela economia brasileira desde os anos 90, a piora das condições externas afetou inevitavelmente o desempenho econômico no país. Além disso, é muito importante considerar que a tentativa de ampliar a presença dos produtos e das empresas brasileiras no mercado internacional, de fortalecer o mercado interno e de promover alguma distribuição de renda (com a valorização do salário mínimo, a ampliação do crédito, o barateamento da cesta básica e as políticas sociais compensatórias) sem ruptura com as estruturas neoliberais e os pilares neoliberais na política econômica atingiu seus próprios limites, evidenciando as vicissitudes que atravessa o programa neoliberal moderado no momento.

Limites que se evidenciam em taxas de crescimento econômico cada vez menores desde 2011, tendência de déficit na balança comercial, estagnação e tendência de queda dos índices de emprego, desindustrialização contínua, redução do consumo, perda da capacidade de endividamento das famílias e aumento da inflação; criando um cenário econômico de estagnação e instabilidade que acirrou o conflito político e social. Este é um elemento importante, pois colocou em xeque a própria situação cesarista desenvolvida pelos governos do PT, baseado na tentativa de acomodação política entre os interesses das classes dominantes e aqueles das classes subalternas e de passivização do conflito político, cuja marca mais expressiva é o chamado lulismo. Desde 2011, o governo vem tentando lidar com a crise de modo errático, o que revela a própria impossibilidade de avançar no aumento da presença externa da economia brasileira, no fortalecimento do mercado interno e da distribuição de renda sem romper com o receituário e as estruturas neoliberais. Se de um lado o governo Dilma destinou ainda mais recursos e ampliou o leque de beneficiários das políticas de transferência de renda, aumentou a oferta de crédito e buscou reduzir a taxa de juros; de outro lado promoveu um novo ciclo de privatizações, por meio de concessões e parcerias em investimentos de infra-estrutura, ao mesmo tempo financiando a acumulação privada com recursos públicos, e adotou uma “política industrial” que não apresenta um planejamento global, pois se efetiva ao sabor das pressões de setores e lobbies industriais, e fundamentalmente baseada em renúncia

fiscal. Diante da tendência de aceleração inflacionária vivenciada no último ano mais uma vez prevaleceu o desgastado mecanismo de aumento dos juros como solução para o problema, jogando por terra todo o esforço anteriormente feito no sentido contrário. Neste sentido, as medidas anticíclicas tomadas pelo governo para evitar o agravamento da crise não tem surtido o efeito esperado, pois esbarram em limites que o próprio governo não se propõe ultrapassar.

Politicamente, isto tem desgastado o governo, seu partido e as organizações que orbitam em torno dele, favorecendo a oposição neoliberal. Entre as frações burguesas o governo passou a ser cada vez mais pressionado no sentido de desencadear um novo ciclo de reformas neoliberais, flexibilizando ainda mais os direitos trabalhistas e previdenciários, intensificando a privatização direta ou indireta (parcerias e concessões) de recursos e equipamentos de infra-estrutura, enterrando de vez a reforma agrária, além de intensificar a repressão e a criminalização dos movimentos e lutas sociais. Se os bancos e o capital rentista em geral pedem a elevação ainda maior da taxa de juros e reclamam da concorrência “desleal” dos bancos públicos na oferta de crédito; o capital industrial, que apóia o governo, sinaliza claramente que os pacotes de renúncia fiscal e de favorecimento da indústria nacional nas obras patrocinadas pelo governo são insuficientes, acusa o governo Dilma de ser mais “fechado” e menos disposto ao diálogo do que o governo Lula e entoa a velha cantilena pela redução do “custo Brasil”, ou seja, dos custos sociais, previdenciários e trabalhistas, como solução para reverter o processo de desindustrialização e fazer frente à concorrência externa. O agronegócio, que também apóia o governo, tem sido bastante favorecido por suas políticas, mas nem por isto deixa de criticar sua proximidade com os movimentos de luta pela terra e mesmo a destinação dos (poucos) recursos à agricultura familiar. Esta postura crítica diante do governo favoreceu a campanha midiática, desencadeada a partir do processo do chamado “mensalão” no STF, de desconstrução da legitimidade construída pelo PT ao longo das décadas em torno da imagem de “ética na política”, firmeza programática e compromisso com a probidade administrativa, não sem o auxílio de determinadas práticas assumidas pelo próprio partido, engrossando o antipetismo e o caldo de cultura de perfil fascista em torno do “ódio aos políticos”, do saudosismo pela Ditadura e fantasmagorias afins.

Entre os trabalhadores, desenvolve-se uma grande insatisfação com os baixos salários, a instabilidade social, mesmo daqueles inseridos no mercado de trabalho, mas particularmente submetidos à baixa remuneração e à alta rotatividade no emprego devido à menor qualificação profissional, e a precariedade dos serviços sociais (saúde, educação, transporte público, além da moradia). Insatisfação que se manifesta inicialmente numa expressiva retomada das greves a partir de 2010 e atinge o ápice com as jornadas de junho de 2013.

Apesar de as greves apresentarem predominantemente uma perspectiva corporativista, mobilizando milhões de trabalhadores em torno de reajustes salariais e a ampliação de determinados direitos e benefícios, seu crescimento nos últimos anos evidencia uma reação aos efeitos da crise econômica, particularmente na indústria, e aos próprios limites das políticas de ampliação do emprego, de fortalecimento do mercado interno e de melhoria da renda salarial adotadas sob a égide do neoliberalismo. As

políticas de valorização do salário mínimo, ampliação do crédito, barateamento da cesta básica e de crescimento dos níveis de emprego não se fizeram acompanhar de uma reversão do processo de flexibilização/redução dos direitos trabalhistas, ao contrário. Por exemplo, desde 2013 os jovens doutores que entrarem no quadro de professores das universidades federais o farão ganhando como graduados e num regime previdenciário que submete a maior parte de suas contribuições aos maus humores da especulação financeira. Paralelamente, grande parte dos contingentes de trabalhadores incorporados ao mercado de trabalho no período tiveram acesso a ocupações de baixa qualificação, baixa remuneração e alta rotatividade.

Nas jornadas de 2013, no interior de um universo variado e mesmo contraditório de reivindicações, devido ao próprio caráter heterogêneo de sua composição social, sobressaíram-se aquelas de conteúdo antineoliberal, presente nas críticas aos gastos públicos com os grandes eventos esportivos e à falta de moradia, à péssima qualidade do transporte público, da educação e da saúde. A exigência de serviços públicos de “padrão FIFA” revelou o cansaço dos contingentes proletários que se integraram às manifestações, numericamente majoritários, com décadas de aplicação das políticas neoliberais.

Além disso, há que se ressaltar que os movimentos grevistas e as manifestações populares revelaram o desgaste das direções e centrais sindicais, bem como dos partidos governistas, particularmente o PT, diante dos trabalhadores, e sua crescente incapacidade de funcionar como instrumentos de contenção das lutas sociais e de conquista de consenso para o neoliberalismo moderado. Parte significativa das greves do período ocorreu sem o concurso e mesmo à revelia das direções sindicais, enquanto as manifestações expressavam uma perspectiva política fortemente anti-institucional e horizontalizante que em alguns momentos dirigiu-se até mesmo contra os partidos e organizações da esquerda socialista. O ato convocado pelas centrais sindicais em 2013 na seqüência das jornadas de junho foi um fiasco, contando basicamente com a presença de dirigentes sindicais. Esta situação evidencia as crescentes dificuldades do governo, do PT e da CUT, principalmente, em continuar reforçando a hegemonia burguesa através da passivização do movimento dos trabalhadores e de suas principais organizações, esvaziando uma das principais funções exercidas pelos governos petistas aos olhos das frações burguesas em conjunto, apesar das medidas legais, jurídicas e policiais de caráter autocrático tomadas desde 2011 para criminalizar e conter os movimentos e lutas sociais.

Esta dinâmica fez com que no plano institucional o eixo da luta política guinasse ainda mais para a direita, como a atual campanha eleitoral evidencia, apesar do crescimento das greves e das manifestações massivas ocorridas desde o ano passado. As duas alternativas eleitorais efetivas à candidatura Dilma Rousseff adotam uma perspectiva claramente neoliberal extremada, onde a política econômica passa a ser rigidamente conduzida pelo receituário monetarista, o tamanho do Estado deve ser ainda mais reduzido e o corte de gastos ampliado, a iniciativa privada deve avançar nos setores de infra-estrutura e nos serviços sociais (mesmo que com recursos públicos), a abertura comercial e financeira devem ser aprofundadas; apesar do óbvio compromisso com a manutenção das políticas sociais compensatórias, por razões eleitoreiras. Isto indica que a derrota do neoliberalismo moderado é uma possibilidade real. Tanto Aécio Neves

(PSDB), quanto Marina Silva (PSB) contam com apoio de segmentos decisivos do bloco no poder e de parcelas expressivas das classes médias e de setores populares polarizadas ideologicamente pelo antipetismo. Com a ascensão de Marina Silva à cabeça da chapa, a candidatura do PSB deixou de “navegar” entre as versões moderada e extremada do programa neoliberal, aderindo francamente à segunda, porém sob a máscara do discurso da “sustentabilidade ambiental” e da “nova política”, tornando-se assim capaz de capitalizar o desejo de renovação política expresso por parte dos segmentos que participaram das jornadas de 2013 identificados com o moralismo político e a desconfiança com o sistema político-partidário. Suas chances eleitorais dependem de sua capacidade em se constituir como alternativa eleitoral viável à candidatura governista, atraindo o “voto útil” no âmbito do antipetismo e amplificando seu quociente eleitoral.

Por outro lado, diante da possibilidade concreta de derrota do neoliberalismo moderado a candidatura governista deverá apelar para a “chantagem do mal menor” (ruim com o PT, pior com a oposição neoliberal extremada) sobre os movimentos sociais, atraindo seu apoio militante e reeditando o que se viu em 2006 e 2010. A vitória da candidata governista significa a manutenção do projeto de governo hegemônico pelo PT, porém sob condições cada vez mais difíceis e crescentemente combinado a medidas próprias do neoliberalismo extremado.

## **2. Qual deve ser a atuação das esquerdas no processo eleitoral de 2014?**

A primeira tarefa que os partidos da esquerda socialista (PSOL, PCB, PSTU, PCO) deveriam ter cumprido no atual processo eleitoral era a construção de uma chapa única, que mobilizasse todas as suas forças e os unificasse em torno de um programa de conteúdo antineoliberal e socialista. Infelizmente, esta iniciativa não se realizou, como também não em 2010, trazendo grandes prejuízos para a oposição socialista. No entanto, esta dificuldade pode ser atenuada com a articulação de um conjunto de iniciativas comuns como debates, comícios e o estabelecimento de uma plataforma mínima a ser apresentada por todas as candidaturas. Tais iniciativas deveriam servir como ponto de partida para a construção da candidatura única nas eleições futuras.

Outra tarefa importante é a transformação de cada comitê eleitoral num instrumento de discussão política e teórica, organização e mobilização capaz de atrair a efetiva participação popular e sobreviver ao processo eleitoral. Para tanto, é muito importante o estabelecimento de uma interlocução orgânica com sindicatos, entidades e movimentos sociais, de modo que questões e demandas específicas também sejam contempladas no bojo das discussões sobre o projeto mais amplo.

Finalmente, a esquerda socialista pode aproveitar a campanha eleitoral para denunciar sem tréguas a “chantagem do mal menor” e o caráter neoliberal do governo petista, mesmo considerando que o lulismo hegemônico grandes parcelas das classes trabalhadoras, afastando-as da perspectiva socialista. Não é por que o Bolsa Família representa um benefício que para milhões de famílias significa ultrapassar a fronteira da indignação que ele não deve ser denunciado como um paliativo criado justamente para impedir a superação do neoliberalismo e de todas as suas mazelas sociais e a ampliação

efetiva dos direitos, não dos favores, sociais. Os valores, idéias e práticas da perspectiva socialista também devem ser descritos e propagandeados em contraposição às idéias, valores e práticas burguesas, além de vislumbrada como possibilidade histórica concreta a ser construída na luta cotidiana contra a exploração capitalista, por direitos sociais, pela democracia direta, pelo controle popular dos recursos, bens e serviços sociais, etc.

### **3. Como construir uma política de esquerda socialmente enraizada e comprometida com a transformação da sociedade brasileira?**

Não é de hoje que o movimento social dos trabalhadores e a esquerda socialista vivem uma crise de contra-hegemonia. A crise do chamado “Socialismo Real”; o avanço da “onguização” entre entidades e movimentos sociais e da defesa de políticas de voluntariado e alívio social como solução para os problemas sociais oriundos da exploração capitalista; a integração passiva à ordem do PT e da CUT a partir dos anos 90; a vitória ideológica do liberalismo e as próprias dificuldades de elaboração de uma nova teoria revolucionária frente às novas configurações assumidas pelo capitalismo no último quarto de século contribuíram para desencadear esta crise. A ascensão do PT ao governo federal trazendo consigo todas as conseqüências políticas que assinalamos acima agravou ainda mais esta situação. Diante disto, a reversão da crise de contra-hegemonia exige iniciativas de longo prazo e largo fôlego que vão muito além de ajustes no programa e no discurso da esquerda socialista.

Em primeiro lugar, é preciso se livrar da tradição das gerações mortas que pesa no cérebro dos vivos como um pesadelo, como diria Marx, e o cadáver em questão é o projeto democrático-popular. Como projeto de reformas de cunho nacional, popular e democrático, que vislumbrava a superação do capitalismo dependente e da autocracia burguesa apoiado numa aliança policlassista, que reuniria desde as classes médias e a pequena burguesia até o proletariado urbano e rural, e que seria politicamente viabilizado pela combinação entre ação institucional e mobilizações sociais, o projeto democrático-popular está historicamente superado.

O neoliberalismo destruiu as bases materiais, sociais e políticas que o tornavam uma possibilidade histórica, exigindo das forças socialistas a sua superação prática e teórica. A privatização das empresas públicas, a eliminação de diversos instrumentos estatais de regulação econômica, a internacionalização da economia brasileira e a flexibilização/redução dos direitos sociais e trabalhistas não só tornaram a perspectiva de desenvolvimento de um capitalismo nacional muito mais difícil de ser implementada, como fraturaram a aliança política na qual o projeto democrático-popular buscava se basear. Afinal, para a pequena burguesia e setores significativos das classes médias o ataque neoliberal aos direitos sociais e trabalhistas é o caminho para reduzir custos numa economia totalmente dominada pelo grande capital ou para garantir acesso exclusivo à saúde, educação e serviços sociais de melhor qualidade e criar uma espécie de “reserva de mercado” nas ocupações mais qualificadas e melhor remuneradas, reforçando seu prestígio e distinção em relação às camadas populares. Para estes setores a proposta de ampliação dos direitos trabalhistas, de efetiva melhoria da renda salarial dos segmentos

de baixa renda e de universalização dos serviços de saúde, educação, acesso à moradia, etc, tornou-se completamente improcedente.

Acima de tudo, é preciso abandonar a perspectiva desenvolvimentista de esquerda apresentada pelo projeto democrático-popular, que vislumbrava o desenvolvimento de um capitalismo nacional sob regulação estatal efetiva, ampliação dos direitos sociais e políticos, forte distribuição de renda e poder e democracia de massas como caminho para o estabelecimento da hegemonia dos trabalhadores e criação das bases para uma transição socialista. Além do caráter duvidoso da tese de que este modelo capitalista viabilizaria a hegemonia dos trabalhadores, hoje a efetivação de tais iniciativas demandaria um processo de ruptura institucional tão profunda que a própria perspectiva socialista estaria colocada na ordem do dia.

Por isto, não se trata de abandonar a luta antimonopolista, anti-imperialista, pela reforma agrária ou pela abolição da autocracia burguesa, mas de superar sua vinculação à um projeto de capitalismo nacional e democrático, considerado a ante-sala da transição socialista. A luta por estas bandeiras históricas deve se constituir numa perspectiva socializante, como vias para o avanço do controle social e político dos trabalhadores contra o controle do capital e do Estado. Por mais difícil que seja encontrar as mediações para viabilizar esta orientação, ela não pode ser esquecida, nem abandonada sob o risco de continuarmos tendo pesadelos.

Neste sentido, é preciso desconstruir o mito de que os governos petistas e seu projeto político possuem um caráter de esquerda e “progressista”, que inscreveram de forma duradoura na ordem social do capital algumas das antigas reivindicações e demandas do movimento dos trabalhadores e que só não foram mais adiante porque a correlação de forças não permitiu. Em suma, é preciso romper com a “chantagem do mal menor” e com a elaboração teórico-política a ela relacionada, que avalia que os governos petistas teriam superado o neoliberalismo e desnudar seu verdadeiro conteúdo social e político, seu caráter de instrumentos de atualização do neoliberalismo e qualificação da hegemonia burguesa.

Na verdade, a superação do projeto democrático-popular e a desconstrução do mito em torno dos governos petistas configuram apenas a tarefa mais imediata de uma iniciativa teórica e política de largo fôlego, qual seja, a elaboração de uma teoria revolucionária que vislumbre a perspectiva socialista com todas as mediações táticas e estratégicas que esta tarefa histórica exige. Para tanto, é crucial desenvolver o marxismo por meio do debate amplo, aberto e democrático entre as correntes teóricas e políticas que se reivindicam marxistas; pois como mais abrangente e radical crítica da ordem do capital não é possível superá-la sem o aporte teórico e político do marxismo.

Finalmente, é preciso abandonar decididamente as práticas aparelhistas, burocráticas, sectárias e eleitoreiras presentes nos movimentos sociais e partidos de esquerda, pois elas limitam sobremaneira sua capacidade de interlocução, mobilização e organização junto aos trabalhadores. Em certa medida, parte da hostilidade sofrida por partidos e organizações da esquerda socialista nas jornadas de 2013 pode ser explicada por isto. Novas práticas podem e devem ser desenvolvidas com base em relações de independência e autonomia entre partidos, movimentos, entidades e governos;

valorização das deliberações de base; relações internas democráticas e mais horizontais e, principalmente, na recusa da estatolatria, na recusa do mito de que a conquista total ou parcial do Estado é suficiente para transformar as relações sociais.